



A POLÍTICA PÚBLICA DE ESPORTE E LAZER EM GOIÁS: UM OLHAR SOBRE SEU FINANCIAMENTO DE 2003 A 2018¹

Fernando Henrique Silva Carneiro,
Instituto Federal de Goiás (IFG)

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; financiamento público; esporte e lazer.

INTRODUÇÃO

A política de esporte e lazer pelo Estado foi realizada de 2003 a 2014 pela Agência Goiana de Esporte e Lazer (AGEL) e de 2015 a 2018 pela Superintendência Executiva Subsecretaria de Esporte e Lazer (SESEL), órgão subordinado à Secretaria de Educação, Cultura e Esporte. O período corresponde a hegemonia do mesmo grupo político que governou o Estado ao longo de 1999 a 2018, sob a liderança de Marconi Perillo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Para que as políticas públicas se materializem são necessários recursos públicos, elemento que também é essencial nas políticas públicas de esporte e lazer. O objetivo da pesquisa foi analisar o financiamento da política de esporte e lazer pelo Governo do Estado de Goiás no período de 2003 a 2018.

A investigação tem caráter quanti-qualitativo, sendo um estudo descritivo e se apoiou em pesquisa documental. A coleta de dados foi realizada nos Planos Plurianuais (PPAs) (SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA, 2020) e no Portal da Transparência do Estado de Goiás (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2020). A análise foi realizada a partir dos indicadores: fontes de financiamento e magnitude e direcionamento do gasto. Os dados financeiros foram deflacionados à preços de dezembro de 2018.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo de 2003 a 2018 houve 8 diferentes unidades orçamentárias que tiveram recursos voltados as políticas públicas de esporte e lazer: AGEL – R\$ 525,23 milhões; SESEL

¹ O presente trabalho (não) contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.



– R\$ R\$ 20,46; AGETOP (Agência Goiana de Transportes e Obras) – R\$ 250,73; Fundo de Esporte – R\$ 32,88; FUNESD (Fundo Especial de Reestruturação do Estádio Serra Dourada) – R\$ 17,63 milhões; PROTENGE (Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás) para o Bolsa Esporte/PRÓ-ATLETA – R\$ 15,98 milhões; FERAIS (Fundo Especial de Reestruturação do Autódromo Internacional Ayrton Senna) – R\$1,72 milhão; Goiás Turismo (Agência Estadual de Turismo) – R\$ 1,34 milhão (CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS, 2020). Assim, a maior parte dos recursos para esporte e lazer ficaram com os órgãos responsáveis pelas políticas públicas do setor.

A política pública de esporte e lazer teve R\$ 865,88 milhões ao longo de 2003 a 2018, a média de gasto foi de R\$ 54,12 milhões por ano. Além disso, a média de gasto com esporte e lazer em relação ao orçamento público total do Governo do Estado de Goiás foi de 0,27%, eles ficaram longe das propostas das Conferências Nacionais do Esporte.

A partir dos PPAs e dos gastos orçamentários emergiram 5 categorias de gasto:

- Infraestrutura (R\$ 327,37 milhões) – recursos para construção, reforma e/ou manutenção das instalações de esporte e lazer. A maior parte deste gasto (74,62%) foi com três grandes infraestruturas: Centro de Excelência do Esporte, Autódromo Ayrton Senna e Estádio Serra Dourada.
- Pessoal (R\$ 307,93 milhões) – pagamento de servidores ligados a AGEL e com pessoal terceirizado para realização de eventos. Com a criação da SESEL houve grande diminuição deste gasto.
- Esporte e Lazer Para Todos (R\$ 130,64 milhões) – políticas voltadas à garantia do direito ao esporte e lazer. Somente a realização dos Jogos Abertos de Goiás ficou com 37,88% deste gasto, ou seja, a prioridade foi um evento que acontece anualmente.
- Gestão (R\$ 54,43 milhões) – recursos com despesas para atividades meios (água, energia elétrica, segurança, telefonia, segurança, transporte, materiais de escritório etc.) para que as políticas de esporte e lazer fossem desenvolvidas.
- Esporte de Alto Rendimento (R\$ 45,50 milhões) – ações voltadas ao apoio a atletas e instituições vinculadas ao EAR e apoio e realização de eventos. O principal gasto foi com o Programa Bolsa Esporte/PRÓ-ATLETA e com apoio e realização de eventos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Os dados demonstraram que a maior parte dos recursos para a política de esporte e lazer foram provenientes da AGEL/SESEL, embora também tenha tido a participação de outros órgãos. Houve grande oscilação nos recursos para o esporte e lazer, sendo que estes não estiveram entre as prioridades de gasto do governo estadual. A prioridade de gasto foi com Infraestrutura e Pessoal, tendo ficado em segundo plano o gasto com Esporte e Lazer Para Todos, Gestão e Esporte de Alto Rendimento.

REFERÊNCIAS

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DE GOIÁS. **Portal da Transparência do Estado de Goiás**. 2020. Disponível em: <http://www.transparencia.go.gov.br/portaldatransparencia/gastos-governamentais/gastos-governamentais>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA DO ESTADO DE GOIÁS. **Plano Plurianual**. 2020. Disponível em: <http://www.economia.go.gov.br/planejamento/plano-plurianual.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.